



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

CADERNO DE PROVA

ADVOGADO

N.º DE INSCRIÇÃO
DO(A) CANDIDATO(A)

--



Domingo, 22 de março de 2015.

1	
2	
3	
4	
5	

6	
7	
8	
9	
10	

11	
12	
13	
14	
15	

16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	



ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Aguarde a orientação do aplicador da Uniuiv para iniciar a prova.
2. Leia, atentamente, as questões, e atenha-se a elas, pois nenhum esclarecimento a mais poderá ser dado, e o sucesso de um concurso está na compreensão do que é solicitado.
3. Utilize somente caneta esferográfica preta ou azul para assinalar a folha de respostas. Utilize lápis e borracha apenas para suas anotações no caderno de provas.
4. Para assinalar as respostas na folha correspondente basta preencher todo o círculo que contém a letra escolhida da questão pertinente da seguinte forma: ●
5. Será nula a prova, se forem assinaladas todas as questões com uma única alternativa de respostas.
6. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas, se lhe sobrar tempo.
8. Ao início da prova, o aplicador comunicará o período de tempo concedido para a realização dela.
9. Ao término da prova, entregue TODO O MATERIAL recebido.
10. Preencha claramente os dados na folha de respostas. Assine e marque seu número de inscrição.
11. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
12. Somente poderá ausentar-se da sala da prova, acompanhado do fiscal volante.
13. Permaneça no local da prova pelo prazo mínimo de uma hora, a contar do início da prova.
14. Guarde todo tipo de equipamento de comunicação eletrônico e relógio, durante a execução da prova.
15. Destaque o espaço abaixo para copiar as suas respostas, para posterior conferência, se quiser.
16. O resultado do concurso não será divulgado por telefone.
17. Após a realização das provas, os gabaritos e o conteúdo das provas objetivas serão divulgados, via internet, no site concursopublico.uniuv.edu.br a partir das 17h do dia 23 de março de 2015.

Os gabaritos e as provas objetivas estarão disponíveis no site da Uniuiv, concursopublico.uniuv.edu.br, a partir das 17h do dia 23 de março de 2015.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

1. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que o Empréstimo Compulsório poderá ser instituído:
A () pela União Federal;
B () pela União Federal, pelos Estados e pelo Distrito Federal;
C () pela União Federal e pelos Municípios;
D () pela União Federal, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
E () pelos Estados e pelo Distrito Federal.

2. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Imposto sobre Propriedade Rural é de competência da União Federal. Pode-se dizer, em tal contexto, que o Poder de Tributar:
A () pode ser por ela delegado aos Estados;
B () pode ser por ela delegado aos Municípios;
C () pode ser por ela delegado aos Estados e aos Municípios;
D () pode ser por ela delegado ao Distrito Federal e aos Estados;
E () não pode ser delegado.

3. Sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados, é **CORRETO** afirmar que, de acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ele:
A () é cumulativo;
B () será seletivo;
C () incide sobre serviços;
D () incide sobre serviços destinados ao exterior;
E () incide sobre impressão de livros.

4. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que o imposto de transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos:
A () compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal;
B () compete ao Estado de aquisição do bem, ou ao Distrito Federal, no caso de bem público;
C () compete ao Estado de destinação do direito do bem, ou ao Distrito Federal;
D () compete ao Estado de residência do herdeiro, ou ao Distrito Federal;
E () compete ao Estado onde for realizado o inventário, ou ao Distrito Federal, no caso de bem público.

5. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que o imposto sobre propriedade de veículos automotores terá sua alíquota mínima fixada pelo:
A () pelo respectivo Estado;
B () pelo respectivo Estado ou pelo Distrito Federal;
C () pela Presidência da República;
D () pela Câmara dos Deputados;
E () pelo Senado Federal.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

6. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que a alíquota do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser diferente em razão:

- A () do Estado em que o Município se encontra;
- B () da proximidade como Distrito Federal;
- C () da localização e do uso do imóvel;
- D () do potencial hídrico do imóvel;
- E () da existência de tombamento particular sobre o imóvel.

7. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que as alíquotas máximas e mínimas do imposto sobre serviço de qualquer natureza, não compreendidos aqueles vinculados ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, serão fixadas por:

- A () Lei Ordinária;
- B () Lei Complementar;
- C () Medida Provisória;
- D () Decreto-Lei;
- E () Resolução do Senado Federal.

8. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que pertencem aos Municípios:

- A () cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese descrita na Constituição;
- B () quarenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese descrita na Constituição;
- C () trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese descrita na Constituição;
- D () vinte por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese descrita na Constituição;
- E () dez por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese descrita na Constituição.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

9. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que pertencem aos Municípios:
- A () cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores em rodagem em seus territórios;
 - B () cinquenta por cento da dívida ativa do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
 - C () cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores apreendidos em seus territórios;
 - D () cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;
 - E () cinquenta por cento da dívida ativa do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores apreendidos em seus territórios.
10. “Proporção do valor adicionado” é um dos parâmetros constitucionais para repartição aos Municípios da renda proveniente do imposto sobre:
- A () importação de produtos estrangeiros;
 - B () renda e proventos de qualquer natureza;
 - C () grandes fortunas, nos termos de lei complementar.
 - D () operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
 - E () propriedade predial e territorial urbana.
11. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que a República Federativa do Brasil não se rege nas suas relações internacionais pelo seguinte princípio:
- A () independência nacional;
 - B () prevalência dos direitos humanos;
 - C () autodeterminação dos povos;
 - D () intervenção;
 - E () igualdade entre os Estados.
12. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- A () a lei punirá as principais discriminações atentatórias dos direitos e liberdades fundamentais;
 - B () a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
 - C () a lei não punirá algumas discriminações atentatórias dos direitos e liberdades fundamentais;
 - D () a lei não punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
 - E () a lei nunca punirá algumas discriminações atentatórias dos direitos e liberdades fundamentais.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

13. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- A () é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
 - B () é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair, desde que deixando seus bens em garantia;
 - C () é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo os brasileiros, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
 - D () é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens, desde que com identificação civil;
 - E () é livre a locomoção no território nacional em tempo de guerra, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
14. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- A () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
 - B () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo a interferência estatal em seu funcionamento feita em forma de colaboração;
 - C () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo a interferência estatal em seu funcionamento feita de forma associativa;
 - D () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;
 - E () a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, não sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
15. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:
- A () o registro civil de nascimento e a certidão de casamento;
 - B () a certidão de casamento e a certidão de óbito;
 - C () a certidão de óbito e o registro civil de nascimento;
 - D () a certidão de registro de imóveis e a declaração de união estável;
 - E () a certidão de casamento e a certidão de união estável.
16. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que são brasileiros natos:
- A () os nascidos na República Federativa do Brasil, desde que seus pais não sejam estrangeiros;
 - B () os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país;
 - C () os nascidos na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço no estrangeiro;
 - D () os nascidos na República Federativa do Brasil, com ao menos um dos pais brasileiros, desde que o outro não esteja a serviço de seu país;
 - E () os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

17. De acordo com o texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que:
- A () Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição, exceto no caso dos Senadores que são representantes dos Estados Federados, não do povo;
 - B () Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, também nos termos desta Constituição.
 - C () Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos desta Constituição.
 - D () Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos da lei.
 - E () Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
18. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** afirmar que é vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos adiante descritos, exceto:
- A () cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
 - B () incapacidade civil absoluta;
 - C () incapacidade civil relativa;
 - D () condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
 - E () recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos da Constituição.
19. Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é **CORRETO** falar que os partidos políticos deverão:
- A () ter caráter nacional;
 - B () ter regulamento próprio para funcionamento parlamentar;
 - C () realizar prestação de contas à Justiça eleitoral;
 - D () privar pelo unipartidarismo;
 - E () procurar a soberania partidária frente à Constituição.
20. De acordo com o texto da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que:
- A () nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente;
 - B () a apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada;
 - C () a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de trinta dias;
 - D () o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada;
 - E () nenhum adolescente será privado de sua liberdade, sem o devido processo legal.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

21. De acordo com o texto da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **CORRETO** afirmar que, quando verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente **NÃO** poderá aplicar ao adolescente a seguinte medida:
- A () advertência;
B () prestação de serviços à comunidade;
C () internação em estabelecimento educacional;
D () inserção em regime fechado de liberdade;
E () liberdade assistida.
22. De acordo com o texto da Lei 12.585, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, é **CORRETO** afirmar que:
- A () O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 2 (dois) anos da vigência desta Lei;
B () O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência desta Lei;
C () O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 5 (cinco) anos da vigência desta Lei;
D () O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 4 (quatro) anos da vigência desta Lei;
E () O Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 6 (seis) anos da vigência desta Lei.
23. De acordo com o texto da Lei 12.585, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, é **INCORRETO** afirmar que:
- A () nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta;
B () na prestação de serviços de transporte público coletivo, o poder público delegante deverá realizar atividades de fiscalização e controle dos serviços delegados;
C () a Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano;
D () os serviços de utilidade pública de transporte individual de passageiros deverão ser organizados, disciplinados e fiscalizados pelo poder público estadual, com base nos requisitos mínimos de segurança, de conforto, de higiene, de qualidade dos serviços e de fixação prévia dos valores máximos das tarifas a serem cobradas.
E () o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana é o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garante os deslocamentos de pessoas e cargas no território do Município.



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO IVAÍ

24. De acordo com o texto da Lei 9.503, de 23 de setembro de 2003, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, é **CORRETO** afirmar que, ocorrendo infração prevista na legislação de trânsito, lavrar-se-á auto de infração, o qual **PRESCINDE**:
- A () das indicações do local, da data e da hora do cometimento da infração;
 - B () dos caracteres da placa de identificação do veículo, sua marca e espécie;
 - C () da assinatura obrigatória do condutor;
 - D () da a tipificação da infração;
 - E () da a identificação do órgão ou entidade e da autoridade ou agente atuador ou equipamento que comprovar a infração;
25. De acordo com o texto da Lei 9.503, de 23 de setembro de 2003, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, é **CORRETO** afirmar que **NÃO COMPÕEM** o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:
- A () o Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
 - B () os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN;
 - C () a Polícia Rodoviária Federal;
 - D () as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal;
 - E () as Juntas Autônomas de Recursos de Infrações – JARI.